

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



AUTÓGRAFO DE LEI N° 7.515/2022

PROJETO DE LEI N° 161/2022

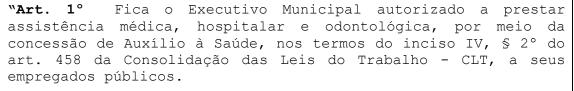
Altera a Lei Municipal n° 3.884, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.

(Projeto de Lei de autoria do Sr. Prefeito Municipal Alexandre Ferreira)

A CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Orgânica do Município de Franca,

APROVA

Art. 1° Altera-se a redação do *caput* do art. 1° e acrescenta os parágrafos 4°, 5°, 6° e 7°, no referido art. 1°, todos da Lei Municipal n° 3.884, de 11 de dezembro de 1990, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:



.....

- **§ 4º** Para fazer jus ao benefício, os empregados públicos deverão aderir ao contrato ou convênio celebrado entre o Município de Franca e as operadoras de planos de saúde.
- \S 5° A não adesão pelo empregado público ao contrato ou convênio implica na renúncia ao benefício.
- § 6º Poderá o Município de Franca celebrar convênio com o SASSOM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SEGURO SOCIAL DOS MUNICIPIÁRIOS DE FRANCA, objetivando possibilitar a adesão de seus servidores e demais beneficiários abrangidos por esta Lei, a contrato ou convênio existente entre a autarquia municipal, referida neste artigo, e as operadoras de planos de saúde por ela contratadas ou conveniadas.
- § 7° Celebrado o convênio entre o Município de Franca e SASSOM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SEGURO SOCIAL DOS MUNICIPIÁRIOS DE FRANCA, os valores para o custeio do Auxílio à Saúde serão



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



repassados diretamente da Prefeitura Municipal de Franca à autarquia municipal, segundo os critérios disciplinados nesta Lei." (NR)

- Art. 2° Acrescentam-se os arts. 3°-A; 3°-B e 3°-C à Lei Municipal n° 3.884, de 11 de dezembro de 1990, com a seguinte redação:
 - "Art. 3°-A É assegurado ao servidor público municipal o pagamento de 100% (cem por cento) do custeio relacionado ao Auxílio Saúde/plano de saúde ou da assistência médica para os casos de suspensão do contrato de trabalho decorrentes de afastamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS, durante os três primeiros meses.
 - § 1º Ao servidor que tenha apólice cujo objeto segurado seja o custeio relacionado ao Auxílio Saúde/plano de saúde ou da assistência médica, a Administração Pública ficará responsável pelo pagamento de 100% (cem por cento) em até três parcelas subsequentes à indenização paga pela seguradora.
 - § 2° Ultrapassado o pagamento integral de 3 (três) parcelas do Auxílio Saúde/plano de saúde ou assistência médica pela Administração Pública, o custeio voltará a ser compartilhado nos termos do art. 3° desta Lei Municipal n° 3.884, de 11 de dezembro de 1990, hipótese em que a relação jurídica passará a ser regulada pela Súmula 440 do TST. (NR)
 - Art. 3°-B Para as hipóteses previstas na Súmula 440 do TST, a Administração Pública continuará efetuando o pagamento de sua cota parte no Auxílio Saúde/plano de saúde ou assistência médica, nos termos e limites do art. 3° desta Lei Municipal n° 3.884, de 11 de dezembro de 1990.
 - § 1º A Administração Pública Municipal realizará os pagamentos de sua cota parte enquanto estiverem preenchidos os requisitos de incidência da Súmula 440 do TST.
 - § 2º O servidor inadimplente com sua cota parte, pelo período e forma estabelecidos no inciso II, parágrafo único, do art. 13, da Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998, terá o benefício de Auxílio Saúde/plano de saúde ou assistência médica suspenso, ficando a Administração Pública desobrigada do pagamento.
 - § 3° A Administração Pública Municipal notificará o servidor em atraso, com sua cota parte, até o quinquagésimo dia de inadimplência, conforme preceitua o inciso II, parágrafo único, do art. 13 da Lei Federal n° 9.656, de 3 de junho de 1998. (NR)
 - Art. 3°-C Rescindido o contrato de trabalho, cessa a obrigação da Administração Pública Municipal em relação à sua cota-parte no custeio do Auxílio Saúde/plano de saúde ou assistência médica." (NR)



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO www.franca.sp.leg.br



Art. 3° Esta Lei entra em vigor	em 1° de janeiro de 2023,
revogadas as disposições em contrár	io, a partir da mesma data,
especialmente o art. 6°, caput, e	seu parágrafo único, da Lei
Municipal n° 5.743, de 22 de agosto de 2002.	
Câmara Municipal de Franca, 2	0 de setembro de 2022.
CLAUDINEI DA ROCHA	PASTOR SÉRGIO PALAMONI
Presidente	Vice-Presidente
LURDINHA GRANZOTTE	CARLOS CÉSAR ARCOLINO - KAKÁ
1ª Secretária	2° Secretário